

Podem as serpentes conviver com as pombas? Uma reflexão filosófica sobre a ética na política

Cinara Nabra*

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir a relação entre ética e política a partir das diferenças entre as visões de Kant e de Maquiavel. No artigo é discutido também o papel do Estado contemporâneo bem como é apresentado o modelo dos 6c, que são as práticas antiéticas que são largamente utilizadas na política brasileira, especialmente no momento eleitoral, a saber, o clientelismo, o corporativismo, o coronelismo, o controle e manipulação de informações, a construção de realidades inexistentes e a corrupção. Finalmente pretende-se mostrar a necessidade da adoção do modelo inspirado em Kant que subordina a política a uma moral racional

Palavras-chave: ética , política, corrupção, fins e meios, Estado, moral racional

Abstract: The purpose of this article is to discuss the relationship between ethics and politics taking as the starting point the differences between Kant's and Machiavelli's views. I will also discuss here the role of the contemporary State, as well as I will put forward what I call the "6c model" namely the immoral practices which are largely used in Brazilian politics, especially at the time of elections, i.e., exchange of favours, corporative vote ,authoritarianism, control and manipulation of information, fantasy and corruption. Finally, I intend to show the necessity of adopting a model inspired by Kant that subordinates politics to a rational morality.

Keywords: ethics, politics, corruption, means to an end, State, rational morality

A política diz "seja prudente como as serpentes; a moral acrescenta: e sem falsidade, como as pombas. Se ambos não podem coexistir em um único mandamento, então há efetivamente conflito entre a política e a moral; mas se ambos devem se unir absolutamente então o conceito do contrário é um absurdo e a questão de saber como resolver este conflito não se apresenta nem mesmo como um problema. Ainda que a proposição: a honestidade é a melhor política reafirme uma teoria que a prática infelizmente contradiz frequentemente, a proposição igualmente teórica: a honestidade é melhor que toda política esta acima de qualquer objeção. O deus limite da moral não cede diante de Júpiter (o deus limite do poder) pois Júpiter é ele também submetido ao destino".

Immanuel Kant *A Paz Perpétua* (Apendice 1)

* Professora do Departamento de Filosofia da UFRN. *E-mail:* cinaranabra@hotmail.com
Artigo recebido em 31.10.2009, aprovado em 15.12.2009 .

1 Algumas observações sobre o que é a ética

Para falar sobre ética e política é necessário, antes de tudo, falar um pouco sobre Ética em geral. Aristóteles, o fundador do primeiro grande sistema ético -filosófico ocidental, afirma:

Uma vez que a presente investigação não visa ao conhecimento teórico como as outras - porque não investigamos para saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos bons, do contrário nosso estudo seria inútil- devemos agora examinar a natureza dos atos, isto é, como devemos praticá-los¹

Essa observação metodológica de Aristóteles é pré-requisito para a compreensão do que é a ética e é a primeira coisa que iremos tratar aqui. O conhecimento moral é um tipo de conhecimento muito especial, a saber, por essência ele não visa simplesmente uma apreensão ou uma compreensão teórica, mas objetiva a prática. Em outras palavras, não se terá compreendido a ética se não tornarmos éticos. Esse, então, é o objetivo do estudo da ética: ser ético.

Mas o que é ser ético? Os filósofos eticistas têm se digladiado ao longo dos séculos tentando responder a esta pergunta, exibindo argumentos e conceitos que muitas vezes são absolutamente contrários. Filósofos distintos, correntes distintas, respostas distintas. Há algo, no entanto, que a sociedade deve reconhecer como sendo práticas, atitudes e comportamentos claramente imorais, e que se forem universalizados ou mesmo generalizados colocam em risco a sobrevivência da sociedade e impedem seu desenvolvimento. O que é ser anti-ético, pois, talvez seja mais fácil de ser definido.

E o que é, pois, ser anti-ético? A melhor definição para isso pode ser derivada de uma mixagem entre as teorias kantianas e utilitaristas da moralidade. Ser anti-ético seria, então, *praticar determinados atos e assumir determinadas práticas ou comportamentos que se forem universalizados (ou seja, se todos os praticarem) colocam em risco a sobrevivência da sociedade provocando o caos social*. Assim, por exemplo, se coloca o problema do roubo. O que aconteceria em uma sociedade na qual todos fossem ladrões? Tal sociedade se inviabilizaria a medida em que todos só poderiam conservar o que é seu através do uso da força. Se todos roubam de todos, as

¹ Aristóteles. *A Ética a Nicômaco*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, p. 68.

próprias instituições que deveriam proteger os indivíduos também estariam minadas por pessoas que roubam, e nessa medida, acabar-se-ia a proteção. Isto significa o fim da eficácia das leis e das instituições. Em última instância é o fim do chamado estado de civilização de que fala o filósofo Thomas Hobbes e a volta ao estado de natureza.

2 A morte do Leviatã e a morte do social

O estado de natureza hobbesiano é um modelo que ele utiliza para caracterizar uma situação na qual o homem vive sem as leis civis. Para Hobbes esta é uma situação propícia a luta de todos contra todos:

Em todos os lugares onde os homens viviam em pequenas famílias, roubar-se e espoliar-se uns aos outros sempre foi uma ocupação legítima, e tão longe de ser considerada contrária à lei da natureza que quanto maior era a espoliação conseguida, maior era a honra adquirida. Nesse tempo os homens tinham como únicas leis as leis de honra, ou seja, evitar a crueldade, isto é, deixar aos outros suas vidas e seus instrumentos de trabalho. ²

É para escapar desta situação, tão desfavorável à paz e à auto-conservação que os homens pactuam e criam o Estado. A essência do Estado, pode ser assim definida:

Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que achar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum ³

A finalidade desta Instituição, ainda segundo Hobbes, é a paz e a defesa de todos. O Estado, o grande Leviatã, é o homem artificial criado para a defesa e proteção. É a criação humana imitando a natureza. A riqueza e a prosperidade de *todos* os membros individuais são sua força. *Salus Populi* (segurança do povo) é seu objetivo. A guerra civil é a morte.

Concordemos ou não com algumas conclusões periféricas de Hobbes, o que nos interessa aqui é salientar que na essência sua teoria é correta e em alguns pontos até visionária. Um mundo sem as chamadas leis de civilização é um mundo de caos e de desordem, comprometendo em

² Hobbes, T. *Leviatã*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, p. 103.

³ Hobbes. Op. Cit. p.106.

última instância a sobrevivência de cada um e da própria espécie como um todo. E o compromisso do Leviatã deve ser com todos.

A pergunta que cabe a nós é a seguinte: O Estado, tal como o conhecemos atualmente, cumpre o seu papel básico de manter a paz e defender a todos? Ou seria o Estado contemporâneo uma instituição que há muito perdeu essa pretensão e serve apenas para a defesa de determinados interesses de classes ou de grupos? Se a segunda hipótese for verdadeira não estaríamos caminhando a passos largos para uma volta ao estado de natureza, ou seja, uma espécie de *barbárie pós-moderna*, já que o objetivo para o qual o Estado existe já se perdeu?

Lenin (ele mesmo, o dinossauro!), já havia no início do século desmascarado as teorias clássicas como a hobesiana, afirmando que o Estado nada mais era do que *um instrumento a serviço da dominação de classes*⁴. Assim, o Estado nunca teria estado a serviço de todos, mas sim, sempre a serviço de uma classe, no caso, as classes dominantes nos mais diversos momentos históricos. No capitalismo, pois, o Estado sempre teria sido um instrumento de dominação usado pela burguesia.

Mesmo que se diga que a teoria leninista do estado é reducionista e incapaz de abarcar todas as mazelas sob a qual se desenvolve o Estado contemporâneo, ela pode ser, entretanto, uma boa chave interpretativa. Não que o Estado esteja a serviço da burguesia como um todo (até porque fica difícil caracterizar o que é a burguesia hoje) mas é óbvio que o Estado

⁴Lenin, V. *O Estado e a Revolução, Cultura Brasileira*. Disponível em: www.culturabrasil.org/zip/oestadoearevolucao.pdf. p.13 “De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, sementeada em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram”.

contemporâneo, que podemos chamar de *Estado pós moderno*, está a serviço não de todos, mas de interesses de grupos, pessoas e setores que estão muito longe de significar *todos*.

Peguemos a título de exemplificação o caso do Brasil. Como se pode falar de proteção a todos com pessoas morrendo a porta de hospitais públicos por falta de atendimento, perplexas diante de um sistema público de saúde que está destruído? Como se pode falar de riqueza e prosperidade de todos diante de um sistema que estimula a especulação em detrimento da produção, levando necessariamente ao desemprego e a um grau de concentração de renda absurdo? Como se pode falar de “todos” quando se socorre grandes banqueiros e se penaliza com impostos a absoluta maioria da população? Como se pode falar em segurança e paz, quando crianças estão morrendo dentro de escolas, quando população se encontra completamente indefesa diante de bandidos cada vez mais audaciosos e certos da sua impunidade e quando os próprios profissionais da segurança estão, muitos, vivendo sob condições de pobreza?

O fato é que o Estado pós moderno destruiu o social, e com isso, está se destruindo a sociedade. Jean Baudrillard, embora não nos comprometemos com suas conclusões, faz um diagnóstico sério do processo de morte do social:

Ora, o que se torna a racionalidade do social, do contrato e da ligação social, se esta, em vez de aparecer como estrutura original aparece como resíduo e gestão de resíduos? Se o social só é resto, não é mais o lugar de um processo ou de uma história positiva, só é o lugar da acumulação e da gestão usurária da morte. Não tem mais sentido, pois existe para outra coisa e em desespero de outra coisa: é excremental. Sem perspectiva ideal. Porque o resto é o nada ultrapassado, o que é irreconciliável na morte, e sobre ele só se pode fundar uma política de morte. Reclusão ou exclusão. O social inicialmente foi, sob o signo da razão positiva, o espaço da grande Reclusão- tornou-se sob o signo da simulação e da dissuasão, o espaço da grande Exclusão. Mas talvez já não seja mais um espaço “social”. É nessa perspectiva de gestão de resíduos que o social pode aparecer hoje pelo que é: um direito, uma necessidade, um serviço, um puro e simples valor de uso [...] O problema da morte do social nessa perspectiva é simples: o social morre de uma extensão do valor de uso que equivale a uma liquidação. Quando tudo, inclusive o social, se torna valor de uso, o mundo se tornou inerte, onde se opera o inverso do que Marx sonhava. Ele sonhava com uma reabsorção do econômico no social

(transfigurado). O que nos acontece é a reabsorção do social na economia política(banalizada): a gestão pura e simples⁵.

O processo de *morte do social* descrito por Baudrillard só pode ser bem compreendido se entendermos que subjacente e concomitantemente a este, assistimos a um processo de *morte do Estado*, ou pelo menos de *morte do Estado moderno*. O Estado não serve mais àquilo para o qual ele deveria servir, ou seja, a defesa e proteção de todos. O Estado está servindo claramente aos interesses de uns poucos, uma minoria, e com isso, está traindo seus objetivos clássicos (e para sermos justos devemos ao menos conceder o benefício da dúvida a tradição marxista-leninista e nos perguntar se alguma vez ele chegou a cumprir estes objetivos).

O ponto importante e preocupante é que a continuação desse processo significa a barbárie, significa o retorno ao estado de natureza, significa a guerra de todos contra todos, o fim das leis, o espólio generalizado, a propagação da violência, a vitória da força sobre a razão, o caos.

A reversão deste processo, embora difícil, é necessária ainda que mais não seja para que possamos ter esperança no futuro da humanidade. A tarefa histórica que se coloca hoje aos homens e mulheres de bem e do bem é resgatar ao Estado o seu papel de proteger a vida humana e prover as condições necessárias para a prosperidade de todos.

É nessa perspectiva que as eleições são um momento importantíssimo. O compromisso de quem se elege com essa visão de Estado faz toda a diferença entre o sim e o não a vida. Que mundo queremos? O mundo da saúde, da educação, da segurança, da felicidade ou o mundo da acumulação irracional e ilícita de uns poucos pelo roubo descarado ou mascarado nas formas mais sinuosas, dissimuladas e cínicas? O mundo em que o mercado existe em função do homem ou um mundo em que o homem se submete a uma lógica de mercado que na realidade nada mais é do que uma lógica de espoliação e dominação?

Se quisermos a concretização deste primeiro cenário, deste primeiro mundo, temos que nos empenhar em colocar no governo, nas suas diversas instâncias, pessoas que estejam comprometidas com a humanidade e com a

⁵ Baudrillard, J. *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Editora brasiliense, p. 62 e 67.

preservação do planeta, e não pessoas que apenas usam o poder para alcançar seus interesses pessoais ou de grupo. *Aquele que vai governar uma nação inteira deve ler, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano*.⁶

Quem lê em si próprio o gênero humano carrega dentro de si preocupações não só consigo próprio, mas com todos. Pensa nesta e nas futuras gerações, nos que existem e nos que haverão de existir, administrando no sentido de prover as condições de possibilidade para que os seres humanos, atuais e futuros, possam ser felizes. Esta preocupação é a preocupação ética, a preocupação moral *par excellence*. A ética exige sempre (além da recorrência à prática como já vimos) a recorrência ao Outro, aos outros, e em última instância, como Kant nos adverte, a referência necessária ao universal e àquilo que pode ser universalizado.

3 Maquiavel X Kant

Com Kant e Maquiavel teremos dois modelos opostos para conceber a relação entre moral e política, ou se quisermos, entre ética e política, ou em última instância entre ética e poder. A base do modelo maquiavélico é a concepção de que o importante é alcançar e manter-se no poder, seja a que custo for:

Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, contra os quais não há tribunal a que recorrer, os fins é que contam. Faça, pois, o Príncipe tudo para alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos porque o vulgo atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados.⁷

O modelo maquiavélico podemos dizer que é o modelo dominante na política, nos governos e nas gestões pós-modernas contemporâneas. Discutindo a questão da ciência e da técnica Lyotard observa:

O estado e/ou a empresa abandonam a narrativa de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova situação: no discurso dos capitalistas de hoje a única situação merecedora de crédito é o aumento do poderio. Não se pagam técnicos, sábios e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poderio.⁸

⁶ Hobbes, T. Op. Cit. p. 6.

⁷ Maquiavel. *O Príncipe*. Editora Cultrix, p 113.

⁸ Lyotard, Jean F. *A Condição Pós Moderna*. Gradiva, p. 91.

A esta busca do poder pelo poder se associa a ideia de que os fins justificam os meios. Este é, segundo Kant, o modelo do moralista político que forja uma moral que interessa aos interesses do homem de estado ⁹. Em oposição a este modelo diz Kant, devemos conceber o político moral ou seja, aquele que considera que os princípios da prudência política podem coexistir com a moral. O resumo desta ópera é que no modelo Kantiano a política deve estar sempre subordinada a moral, subordinada a ética, enquanto que no modelo maquiavélico a ética e a moral devem estar sempre submetidas a “política”.

No modelo Kantiano nós temos, pois, um princípio moral o chamado Imperativo Categórico assim enunciado: “*Age de tal modo que o princípio subjetivo da tua ação possa servir ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal*”, e tudo o mais no campo da ação, inclusive da ação política, deve estar subordinado a este princípio. Ações, pois, inclusive no campo político que não admitam a universalização e a sua publicidade, são ações imorais, e não devem ser realizadas. Em Kant o objetivo político último de todos os povos deve ser a construção do que ele chama de *paz perpétua*.

Em Maquiavel, ao contrário, a arte da guerra é a única que se espera daquele que governa. Em Maquiavel existe uma autorização explícita para que se faça qualquer coisa que sirva para que se alcance e sustente o poder. Sua receita para isso inclui um princípio, o fingimento, do qual o pretendente ao domínio não deve nunca se afastar, e nove regras, a saber, tratar os outros como meios e não como fins, obter riquezas por qualquer meio, mentir, apropriar-se, usar da força, ser temido, ser cruel, trocar favores e aniquilar ¹⁰.

Este modelo maquiavélico é aplicado na gestão do Estado pós moderno, e podemos perceber claramente isto no caso do Brasil. Mas se em alguns momentos o modelo consegue ser maquiado, no momento eleitoral ele se revela plenamente. Chegamos, então, a figura do *descaramento*, degrau maior de manifestação de uma compreensão política absolutamente perversa.

⁹ Kant, I. *Vers La Paix Perpetuelle*. Flamarion, p. 112.

¹⁰ Nabra, C. “A Megera e o Príncipe”. *Princípios*, n.5, 1997, p. 41-62.

4 Eleições e o modelo do “6 C” na política brasileira

O desdobramento do modelo maquiavélico no momento eleitoral se revela nos “6 C”, ou seja, seis práticas que são utilizadas e abusadas pela classe política dirigente brasileira interessada em manter-se no poder a qualquer preço. São elas: controle e manipulação da informação, clientelismo, coronelismo, corporativismo, corrupção, construção de realidades inexistentes. Vamos analisá-la uma a uma...

1. *Clientelismo*. A prática clientelista está baseada na máxima do *é dando que se recebe*, que tem origens em São Francisco, mas que em Maquiavel ganhou uma conotação absolutamente diferente, implicando claramente em troca de favores. O clientelismo abunda em tempo de eleições e é prática constante também nas gestões. Trata-se, basicamente, de trocar o voto pela concessão de algum *favor*. Faz parte de uma concepção perversa que torna privado o público, compreendendo o político ou o dirigente como sendo *dono* daquilo que ele deveria representar. Ao ser concebido como proprietário, o político ou o dirigente pode manipular concessões a fim de conseguir com isto o voto de seus eleitores em tempo de eleições ou outras vantagens. A manipulação de concessões se dá tanto a nível de grandes quantias em altas esferas (no caso de licitações, leilões, licenças) quanto a nível da relação com a população em geral (caso de troca de votos até por comida junto aos mais carentes) e pode até não passar por questões financeiras, envolvendo, as vezes, apenas troca de interesses. Com essa prática o político ou o dirigente se exime da responsabilidade de legislar e gerir para o desenvolvimento e o bem daquilo que ele está representando e passa, então, a legislar e gerir para o seu próprio interesse e, no máximo, os interesses de seus “clientes”. Em geral o que acontece, inclusive, é que os “clientes” pobres são esquecidos imediatamente após a eleição e voltam a ser lembrados no momento eleitoral subsequente quando se efetiva uma nova troca.

2. *Corporativismo*. É um modo um pouco mais refinado e não menos perverso de exercício do clientelismo. O voto é dado não em função do compromisso do candidato com a instituição e o bem comum mas em função do empenho do candidato na defesa dos interesses da corporação, que pode ser uma categoria profissional ou um segmento específico da sociedade. O problema do corporativismo é que os interesses da corporação são colocados acima do bem comum. Uma gestão

coorporativista em qualquer nível é nefasta porque nela se perde *o olho do universal*, ou seja, a visão daquilo que deve ser feito para o desenvolvimento da sociedade e da população como um todo. Os interesses de grupos passam a ter predominância sobre os interesses do todo.

3. *Coronelismo*. É o modelo autoritário e despótico de governar. Foi típico da ditadura militar que se instaurou em 1964, mas mesmo na plena vigência democrática dos anos 80 nunca deixou de existir. A nível eleitoral o coronelismo se manifesta na imposição do voto através de métodos escusos como a coerção e a ameaça. Trata-se do tradicional *ou vota ou perde o emprego* e outras pérolas deste tipo. Trata-se de expressão máxima da negação da cidadania. Enquanto que a cidadania é concebida como sendo a garantia que todo cidadão tem de poder manifestar livremente suas opiniões, exercer livremente seu direito ao voto e ter seus direitos básicos respeitados, o coronelismo é o contrário disto, ou seja, é o atrelamento dos direitos do cidadão àquilo que uma figura determina, no caso o coronel ou os coronéis, figurativamente os agentes do autoritarismo e da coerção.

4. *Controle e manipulação das informações*. Michel Foucault¹¹ ao descrever o processo de transformação do homem em máquina, mostrando também o interesse do poder em docilizar os homens, fala do controle e da vigilância como momentos deste processo. O controle de que Foucault fala aí é o controle do corpo que se dá através do horário, do programa, da correlação corpo-gesto, da articulação corpo-objeto e da utilização exaustiva. Mas há um outro tipo de controle. É o que se dá basicamente ao nível das informações, que são selecionadas, maquiadas e enlatadas para o consumo da sociedade, que deve apenas assimilá-las. Informação é poder e poder implica controle.

Mas o controle é de tal ordem, e o poder também, que tudo se passa como se eles não existissem quando na realidade eles nunca deixaram de estar lá, se fazendo invisíveis...É exatamente neste tornar-se invisível que reside sua força, e é exatamente aí que os teóricos da pós modernidade ou erram (se eles efetivamente não compreenderam isto) ou mostram-se também eles maquiavélicos(se eles sempre souberam disto e propositadamente criaram o discurso de legitimação desta estratégia de dominação). Vejamos Baudrillard:

¹¹ Foucault, M. *Vigiar e Punir*. Vozes, p. 117- 162.

O próprio poder nem sempre deixa-se levar pelo poder, e o segredo dos grandes políticos foi saber que o poder não existe. Que ele é apenas um espaço perspectivo de simulação como foi o espaço pictórico da renascença, e que se o poder seduz é justamente - o que os realistas ingênuos da política não compreenderão nunca - porque é simulacro, porque se metamorfoseia em signos. O segredo da inexistência do poder, segredo dos grandes políticos, é também o dos grandes banqueiros, de saber que o dinheiro não é nada, que dinheiro não existe, o dos grandes teólogos e inquisidores de saber que Deus não existe, que está morto. Isto lhes dá uma superioridade fabulosa. Quando o poder descobre este segredo e se lança esse próprio desafio então se torna verdadeiramente soberano. Quando desiste de fazê-lo e procura encontrar-se uma verdade, uma substância uma representação (na vontade do povo etc) perde então a soberania e são os outros que lhe devolvem o desafio de sua própria morte, até que ele pereça efetivamente desta presunção, desse imaginário, dessa superstição de si próprio como substância, desse desconhecimento de si mesmo como vazio, como reversível na morte. Antigamente matavam-se os chefes assim que eles perdiam este segredo.¹²

Essa afirmação de Baudrillard, paradoxalmente, é a prova maior de que o poder existe, ao contrário do que ele afirma. E tanto existe que provoca a magia máxima, a deturpação maior, a saber, mostrar-se como inexistente. Baudrillard ao propor que esquecêssemos Foucault prova que este último estava certo. O poder que não se mostra é a expressão maior do que Foucault chama dos *olhares que devem ver sem ser vistos*. É o ideal maior da vigilância e do controle. É a concretização do ideal maior de todo poder.

Nas eleições o controle e a manipulação das informações é um dos maiores trunfos e uma das táticas mais utilizadas. Com estratégias de marketing controla-se o modo como o político deve se apresentar ao seu eleitor, é informado o que interessa que seja dito e são escondidas as informações que não interessa serem repassadas. O político diz que fez o que não fez, que não fez o que fez, e tudo é montado de modo a que pareça absolutamente verossímil. Manipula-se e controla-se a mídia, manipula-se e controla-se números, manipula-se e controla-se órgãos, instituições, e com isso manipula-se a controla-se a população e seu voto, para que tudo permaneça como está, sem alterações de essência.

5 *Construção de realidades inexistentes*. O controle e a manipulação de informações podem chegar a um grau tal de exacerbamento que se inventa realidades que na realidade nunca existiram. É o uso perverso da

¹² Baudrillard, J. *Esquecer Foucault*. Rocco, p. 92.

fantasia dentro de uma estratégia de conquista do voto através da afirmação do falso.

Dentro deste contexto se colocam as estratégias dos *boatos* e a divulgação de *pesquisa manipuladas*. Manipular pesquisas para que dêem o resultado que se deseja é muito fácil. Qualquer bom profissional da área sabe que o uso premeditado de uma metodologia incorreta leva a resultados completamente deturpados mas que podem muito bem ser apresentados como a expressão da realidade eleitoral, quando na realidade são a expressão de uma parte desta realidade, muito diferente de seu todo. A apresentação deste resultado ao público como sendo o verdadeiro resultado, ou seja, a construção de uma realidade inexistente é utilizada no sentido de interferir sobre o voto do eleitor, fazendo com que ele não vote naquele candidato que foi apresentado como sendo sem chance de vitória quando na realidade este candidato tem chances reais.

O boato é outra estratégia deste tipo. Inventa-se algo inexistente sobre um candidato, positivo quando se quer elegê-lo e negativo quando se quer derrubá-lo, e este algo é espalhado por uma determinada cidade ou regiões como se fosse verdadeiro. É a *criação de uma realidade absolutamente inexistente ou a projeção de algo que se sabe ser absurdo*. De novo, é a fantasia usada dentro de uma estratégia de conquista de votos. A existência de boatos que se espalham rapidamente dentro de cidades não é nova. Edgar Morin fez uma análise interessantíssima do processo de desenvolvimento de um boato na cidade de Orléans em maio de 1969. Vejamos a descrição inicial:

Em maio de 1969 nasce, se difunde e se desenvolve em Orleans o boato de que um, depois dois, depois seis lojas de vestimentas femininas do centro da cidade organizam o tratado dos Blanches. As jovens são drogadas nas cabines de experimentar roupas, depois colocadas nos porões, de onde são tiradas a noite para serem levadas a lugares de prostituição exóticos. As lojas incriminadas pertencem a judeus. Se trata de um boato no seu estado puro. Por dois motivos: a) não há nenhum desaparecimento na cidade e nenhum fato que possa servir de ponto de partida ao rumor e b) a informação circula de boca em boca, fora da imprensa, de cartazes ou mesmo de pichações.¹³

¹³ Morin, E. *La rumeur d'Orléans*. Seuil, p. 17.

Se espalhar boatos não é coisa nova, há de se analisar ,entretanto, o uso dos boatos como estratégia política. Aqui no Brasil usa-se e abusa-se dos boatos, tendo sido inventadas em eleições passadas coisas do tipo *se Lula for eleito as casas de praia vão ser doadas aos sem-terra* o que obviamente nunca se confirmou..

6. *Corrupção.* Corrupção é a ação ou efeito de corromper; putrefação, decomposição, suborno, desmoralização. Pode-se dizer que é a mais descarada de todas estas práticas. No processo eleitoral a corrupção significa a fraude sob as mais diversas formas. É a compra de votos, o suborno, a falsificação de títulos, a violação de urnas etc. Trata-se do uso da força no seu estado puro.

5 Podem as serpentes conviver com as pombas?

O que significa nos dias de hoje, sustentar uma visão inspirada na concepção kantiana de relação entre Moral e Política ao invés de uma concepção inspirada em Maquiavel? Na minha opinião isto significa basicamente a adoção deste princípio básico (a subordinação da política à moral) de inspiração kantiana, e o estabelecimento de duas estratégias que deveriam orientar a ação política a nível nacional e internacional nos dias de hoje e que seriam as seguintes: A) A oposição a máxima de que os fins justificam os meios e B) A luta contra o neoconservadorismo

Por que a política deve estar subordinada à moral, e o que significa esta subordinação? Para responder a esta pergunta é preciso entender primeiro qual o problema que existe com o modelo clássico Maquiavélico de separação das duas esferas. No início da era moderna, a política precisava ser separada da moral, que não podemos nunca esquecer, nada mais era do que a moral religiosa. A separação proposta por Maquiavel era então, na realidade, a separação das esferas Moral/Religiosa e Política. Esta separação está na base da constituição do Estado Moderno ocidental, que é por excelência, não religioso. Maquiavel, então, com sua teoria, prestou em seu tempo uma grandiosa contribuição para o desenvolvimento da Política.

Hoje, porém, na primeira década do terceiro milênio, me parece que devemos ser críticos em relação à manutenção do modelo maquiavélico. Por um lado, precisamos defender o Estado laico, o estado não religioso, uma das grandes conquistas da modernidade, mas paralelamente a isso é necessário que se consolide a separação das esferas moral e religiosa,

consolidando então o projeto iluminista que prega uma moral racional em oposição a uma moral religiosa. A tarefa que deve se apresentar então para a contemporaneidade é dupla:

1. Consolidar a separação da moral racional e da moral religiosa
2. Efetivar a superação do modelo maquiavélico, desde que se a política não deve de fato estar subordinada à moral religiosa, ela deve, entretanto, estar subordinada à moral racional, sob pena de que o campo da política se torne o campo por excelência da imoralidade, da corrupção e da efetivação de objetivos pessoais ou de grupos e não do bem comum

O que significa, entretanto, esta subordinação da política à moral racional? Significa basicamente que nós não deveríamos estar autorizados na ação política a romper com o princípio moral básico de que as ações, individuais ou coletivas, devem obedecer ao princípio da universalização, ou seja, se elas não podem ser universalizadas, ou se nós não podemos querer que elas sejam universalizáveis, então elas não deveriam ser realizadas. A adoção deste princípio implica no imediato rechaçamento de atos como corrupção, desvios de verbas, pagamentos de propina, uso da coisa pública para interesses particulares, sejam eles individuais ou de grupos, e uma miríade de práticas que não podem resistir à aplicação do princípio da moralidade kantiano, pois uma vez universalizados eles se mostrariam como irracionais ao comprometerem a própria existência da coisa pública (a universalização da corrupção, por exemplo, leva a destruição do Estado e da própria ideia de que o Estado deve servir ao bem público).

Correlato ao princípio básico de subordinação da política à moral está a ideia de que os fins *não* devem justificar os meios, ou seja, por melhor ou mais bem intencionado que seja o fim, não estamos autorizados a fazer tudo que está a nosso alcance para atingi-lo. Assim, seja qual for a finalidade da ação política, os agentes políticos não estão autorizados a usar todos os meios que estão a sua disposição para atingir estes fins, em outras palavras, os meios usados para atingir qualquer fim devem ser meios morais. De novo, o critério para determinar quais meios são moralmente admissível deve ser o critério da possibilidade da universalização. Meios que nós não podemos querer que sejam utilizáveis por todos, se desqualificam para ser usados por qualquer agente político, seja ele um indivíduo, um grupo, um partido, um governo ou mesmo um Estado.

Assim é que podemos entender, tomando exemplos da política nacional, porque a prática de algo do tipo “mensalão”, se ela realmente existiu, foi errada. A prática de parlamentares ou partidos receberem dinheiro para votar em determinados projetos dentro do parlamento, se universalizada, faz com que o parlamento não represente mais os interesses públicos que ele deveria representar, e sim os interesses particulares ou de grupos, o que coloca em cheque a própria ideia de um sistema político representativo, e em última instância, a própria ideia de democracia. A prática em si é, pois errada, sendo irrelevante para determinar a imoralidade e o equívoco do ato saber quem é o agente ou qual o propósito da ação. Mesmo que a intenção e a finalidade da ação seja a melhor possível, como por exemplo, salvar o Estado da falência administrativo-econômica, o ato é em si mesmo lesivo o que pode ser verificado pelo fato de que não podemos querer a universalização da prática.

No que se refere a política internacional os acontecimentos do início do milênio, ou seja, o ataque terrorista às torres do World Trade Center e a consequente resposta dos EUA com a invasão do Afeganistão e Iraque, e a resultante carnificina de cidadãos inocentes, especialmente no Iraque, também mostram que existe algo de errado com a política de que os fins justificam os meios. Do lado terrorista a lógica do raciocínio é a seguinte: o fim (o ataque ao “Império do Mal”, os EUA) é tão necessário e bom que qualquer meio para atingi-lo (incluindo a morte de inocentes) é justificado. Assim, o ataque ao World Trade Center e qualquer ataque ao “Império do Mal”, mesmo que implique na destruição da vida de pessoas inocentes, está justificado, pois a finalidade (a destruição dos EUA) é boa e justificável. É exatamente esta mesma linha de raciocínio que o governo Bush seguiu. O fim (a destruição do terrorismo, que é a representação do mal) é tão bom e desejável, que qualquer meio pode ser usado para isto, inclusive a invasão de países, como o Afeganistão e o Iraque e o massacre às suas populações civis, o massacre de inocentes que não tem nada a ver com os terroristas e seus atos. Assim, apesar da complexidade da situação política deste início de milênio, é possível entender perfeitamente a sua lógica imoral, podendo esta ser resumida na máxima maquiavélica de que “os fins justificam os meios”. O resultado da aplicação desta máxima a nível da política internacional contemporânea todos nós sabemos qual é: o massacre de cidadãos inocentes, tanto pelos terroristas quanto pelos americanos, e a

expansão tanto do terrorismo quanto da cultura da guerra. Se nós universalizarmos, porém, as máximas do terrorismo e da guerra, veremos que elas não se sustentam. Podemos querer a universalização de atos de terrorismo e da guerra? Podemos querer um mundo em que grupos que representam posições políticas das mais diversas matizes pratiquem atos de terror e de ataque a vidas humanas? Podemos querer um mundo onde reine a guerra como estado permanente ao invés da paz? Podemos querer um mundo em que as vidas de pessoas inocentes sejam permanentemente ceifadas pelas mãos humanas? Se nós não podemos querer isto, se a resposta a todas estas perguntas é *não*, se nós *não* podemos querer a universalização de tais máximas, isto mostra que a matança de pessoas inocentes é errada em qualquer circunstância, sejam quais forem os fins que se pretenda atingir com isto. Assim, é possível verificar a imoralidade da própria máxima de que “os fins justificam os meios”, e que ninguém, nenhum indivíduo, grupo, partido ou mesmo Estado, está justificado em adotá-la.

A política, pois, deve estar subordinada à Moral e os fins *não* devem justificar os meios, de modo que a ação política deve sempre pressupor uma moral racional a qual ela deve estar subordinada. Essa moral racional, como vimos, exige que nós nos subordinemos ao critério da universalidade, de forma que se queremos algo para todos, devemos querer para nós próprios, e isso é válido para a ação tanto individual quanto de grupos, partidos, governos e Estado.

A subordinação da política à moral, entretanto, deve ser entendida nestes termos, e não como uma volta a um estado de coisas pré-moderno, aonde a subordinação da política à moral nada mais era do que a subordinação da política à moral religiosa, e, portanto a subordinação do Estado à Igreja. Quando se fala, pois, da subordinação da política à moral, é necessário que esteja claramente estabelecida a distinção entre a moral racional e a moral religiosa, e principalmente, que esteja consolidado o princípio básico no qual se funda o Estado ocidental contemporâneo, ou seja, a separação entre Estado e Igreja e entre política e religião. Com isto estabelecido será possível então caminharmos para frente, pensando um modelo político para o terceiro milênio que supere o modelo maquiavélico, mas que esteja baseado na subordinação da ação política a uma moralidade racional, ao invés de caminharmos para trás, em direção a um modelo

político perverso que seria pré-maquiavélico quanto a forma, no sentido de que a política estaria subordinada a uma moral religiosa e maquiavélico no seu conteúdo, a medida que estaria baseado em princípios como “os fins justificam os meios” e no autoritarismo político em sua versão pós moderna, aonde o príncipe é substituído por governos ultra-conservadores, ainda que democraticamente eleitos.

Esse modelo político perverso se estabeleceu no início do século XXI na onda do neoconservadorismo, que foi representado, principalmente, pela política imposta pelo neoconservador George Bush, que teve entre outras características: a) o militarismo, b) a implementação de uma agenda moralista/ religiosa a nível de políticas públicas. Para exemplificar, o combate a propagação da AIDS substituindo os programas que incentivam o uso da camisinha por programas que incentivam a não prática do sexo fora do casamento assim como a permissão para que nas escolas fosse ensinado que o criacionismo tem o mesmo estatuto científico da teoria da evolução, estão inseridas nesta estratégia moralista. As consequências nefastas do neoconservadorismo ainda podem ser sentidas até hoje, sendo a grande crise econômica de 2008 consequência direta destas políticas.

A luta contra o neoconservadorismo se apresenta então não só como uma luta política, mas também como uma luta moral, caracterizando então uma luta político-moral (ou se preferirem o termo) ético-política. Esta luta implica a percepção de que se é errado matar inocentes, é errado matar qualquer inocente, e a vida de um Iraquiano, ou de um africano não deve valer menos do que a vida de um americano. Implica tolerância em três sentidos: *religiosa*, no sentido de que é errado assumir que nós cristãos somos mais sujeito de direitos do que os muçulmanos, *cultural*, no sentido de que os povos têm direito a sua autodeterminação e o direito a não serem atacados, e *comportamental* no sentido de que os indivíduos também tem o direito a estabelecerem seus projetos de vida da maneira que lhes parecer a melhor (ainda que seus estilos de vida não sejam aprovados pela maioria) desde que, obviamente, não causem dano aos outros, ou seja, não roubem, não matem etc.. Porque isto é uma luta moral? Basicamente porque a quebra destes princípios envolve uma quebra da racionalidade no campo prático, a medida que admitiríamos para alguns direitos que não admitiríamos para todos.

A título de conclusão, então, podemos dizer que os acontecimentos políticos a nível nacional e internacional neste início de milênio fornecem um material vasto para que pensemos a relação da ética (ou da moral) e da política. Mais do que qualquer coisa, entretanto, a grande lição que parece que esta para ser apreendida destes acontecimentos é a de que nós não podemos abandonar o projeto da razão e do humanismo, mesmo em uma sociedade pós-moderna, de modo que o próprio conceito de pós-modernidade merece ser cuidadosamente e criticamente discutido. A grande lição que aprendemos de acontecimentos aparentemente diversos como o dos ataques terroristas ao World Trade Center e a consequente guerra liderada pelos americanos contra alguns países do Oriente Médio, por um lado e de todos os lamentáveis episódios no cenário político nacional que mostram a dissociação da política em relação à ética por outro, é a de que indivíduos, grupos, partidos, governos ou Estados, seja lá em nome do que ou de quem, seja pela esquerda ou pela direita, não estão autorizados a romper com os princípios morais que a racionalidade nos impõe. Se esta lição for apreendida estaremos dando passos seguros no sentido de corrigir os desvios de rota na política nacional e de apontar para a necessidade de uma grande mudança de rumos na política internacional.